

# **Ideologia faz a diferença na América Latina Democrática? Uma análise dos determinantes de desenvolvimento social**

*Pedro Cavalcante (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP)  
cavalcante.pedro@gmail.com*

*Soraia M. Vieira (Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF)  
soraiamvieira@gmail.com*

*Augusto Neftali C. de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
ancolive@gmail.com*

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar os determinantes do desenvolvimento social na América Latina. Durante as duas últimas décadas, a região passou por uma série de mudanças institucionais, especialmente, a redemocratização e uma tendência recente de melhoria nos indicadores de bem-estar da população. Os direitos políticos e as eleições frequentes foram restabelecidos, enquanto as desigualdades sociais e a pobreza diminuíram. Não obstante, tais mudanças políticas e sociais não ocorreram igualmente entre os países latino-americanos. Por exemplo, algumas nações, pela primeira vez tiveram mudanças políticas reais, incluindo novos governos de esquerda e efetiva competição partidária nas eleições presidenciais. Existe uma relação causal entre esses dois processos? A ideologia política importa? Para responder a essas questões, analisamos a possível correlação entre os governos de esquerda, classificados por seus programas econômicos, e os níveis de melhoria nas condições de vida da população, retratados pela taxa de alfabetização, renda *per capita* e expectativa de vida. A partir de dados de dezoito países da América Latina entre 1990 e 2010, os resultados sugerem que efeitos dos fatores políticos na explicação dos resultados sociais são bem diversificados e, em grande medida, menor que esperado. Enquanto competição eleitoral e ideologia partidária pouco importam, o grau de democratização do país, mensurado pelo índice de direitos políticos, demonstrou ser o principal determinante político do desenvolvimento social no período analisado.

**Palavras-chave:** Ideologia; democracia; desenvolvimento social; política comparada; América Latina.

## 1. Introdução

O principal objetivo deste artigo é analisar de forma comparada os determinantes do desenvolvimento social das nações latino-americanas. A ênfase da pesquisa está no impacto da dinâmica política e da ideologia dos partidos sobre o desempenho dos governos no campo social.

Nas últimas duas décadas a América Latina vem passando por profundas transformações institucionais pautadas, principalmente, pela abertura das economias nacionais e pela democratização. Na agenda econômica, as demandas por desenvolvimento e equidade social, assim como a necessidade de controle da inflação, continuam como pautas não superadas. Na dimensão política, ressalta-se o restabelecimento dos direitos políticos e, por consequência, a retomada de processos eleitorais relativamente estáveis e periódicos na maior parte dos países latino-americanos.

A despeito do avanço na compreensão das causas e do desenvolvimento da democracia na região, pouco se sabe acerca dos efetivos impactos da dinâmica democrática sobre o desempenho social das nações. A literatura se restringe às análises da influência de períodos eleitorais sobre o comportamento dos políticos, focadas na teoria dos ciclos políticos de negócios (*political business cycle*). Assim, prevalece uma lacuna de pesquisa no tema dos efeitos da ideologia partidária e da competição eleitoral, variáveis centrais na medida em que muitos países da região vêm vivenciando alternância de partidos no poder, inclusive com a ascensão de partidos de esquerda. Procurando avançar neste campo de pesquisa, o presente estudo aplica regressão múltipla com dados longitudinais de dezoito países latino-americanos entre 1990 a 2010 para investigar os determinantes políticos dos seus resultados sociais, caracterizados pela variação das taxas de alfabetização, renda *per capita* e expectativa de vida.

Além desta introdução, o artigo está organizado em mais três seções. Primeiro, é realizada uma discussão breve sobre as mudanças políticas e econômicas que a região passou recentemente. Em seguida, o estudo desenvolve uma análise exploratória das variáveis de desenvolvimento social, contextualiza e apresenta o modelo de análise, como também debate os principais resultados. Por fim, algumas conclusões são discutidas.

## 2. Mudanças Políticas e Econômicas na América Latina

O final do século XX foi marcado por uma série de mudanças políticas e econômicas em todo o mundo. Na América Latina não foi diferente. O subcontinente observou a abertura democrática em vários países e, ao mesmo tempo, enfrentou graves problemas econômicos relacionados à inflação, à dívida externa e a sucessivas crises<sup>1</sup> que prejudicaram o crescimento e deixaram um impacto social negativo na maioria dos países da região. A terceira onda de democratizações, portanto, chegou à América Latina deslegitimando os governos autoritários e reinstituindo a democracia em um ambiente de grande instabilidade econômica e social. Como promover a mudança institucional, consolidar a democracia e lidar com os entraves econômicos?

Ao mesmo tempo em que os governantes que chegaram ao poder na América Latina enfrentavam estes desafios, a economia mundial experimentava uma inclinação em direção ao pólo neoliberal. A ascensão de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA, associados à incapacidade da social democracia europeia apresentar uma solução à crise do final dos anos 1970, levou à crença de que a adoção de uma agenda ortodoxa poderia responder aos problemas econômicos.

As condições macroeconômicas impunham aos países em desenvolvimento uma difícil escolha: adotar os preceitos macroeconômicos capitaneados pelas agências multilaterais – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional –, ou buscar uma saída alternativa e enfrentar o risco de perder acesso aos organismos de crédito. O que se observou foi que, sob as pressões dos condicionantes externos, muitos países da região optaram pela adoção do receituário ortodoxo. Nas palavras de Cruz (2007: 27) “os países latino-americanos vêm enfrentando, desde o início dos anos 1980, uma conjuntura severamente adversa do ponto de vista de sua autonomia nacional”.

Ao lado do contexto internacional, é possível observar que os governos que chegaram democraticamente ao poder nesse período foram formados por coalizões de direita ou centro-direita que aceitaram as orientações dos mecanismos internacionais e adotaram a agenda ortodoxa<sup>2</sup>. Como revela Stokes (2001), mesmo alguns presidentes que foram eleitos

---

<sup>1</sup> As crises que atingiram os países em desenvolvimento a partir de meados dos anos 1990 – o México, em 1995, os Tigres Asiáticos, em 1997, a Rússia, em 1998, e a Argentina, em 2001 – possuíram forte impacto sobre as economias latino-americanas.

com promessas voltadas para segurança econômica acabaram adotando políticas neoliberais em seus governos. Assim, os anos 1990 apresentam uma inclinação à direita na política econômica da região. De acordo com Diniz (2007), a América Latina se tornou um laboratório de aplicação dos preceitos neoliberais. Stiglitz (2002: 245) argumenta que “A América Latina tornou-se o melhor aluno do Consenso de Washington, com a Argentina e o Chile aparecendo como os pupilos mais aplicados”. Embora nestes dois países as reformas neoliberais tenham iniciado durante os regimes militares, os governos eleitos que se seguiram não promoveram mudanças de curso significativas.

Para a América Latina, a adoção de reformas neoliberais radicais foi prescrita não apenas como um remédio contra a inflação, mas também para a solução dos problemas de crescimento econômico (Rodrik, 2006). Assim, os governos que optaram por adotar a agenda neoliberal buscaram, por meio do equilíbrio macroeconômico, abertura externa, mercados livres e privatização, um modelo capaz de garantir estabilidade e prosperidade (Valdés, 2008, p. 208). Embora estas medidas tenham permitido uma recuperação nos índices de crescimento na década de 1990, seu patamar foi inferior ao período 1950-1980.

No campo social, a adoção das medidas ortodoxas refletiu-se fortemente sobre as camadas populares. Os percentuais de emprego formal se reduziram ao mesmo tempo em que cresceu o número de desempregados e de pessoas vivendo na pobreza.. Com sistemas de políticas sociais deficitárias – em que grandes contingentes da população permaneceram, ao longo da história, excluídas seja da provisão de proteção social pública, seja de relações de trabalho estáveis (Haggard e Kaufman, 2008) – as reformas que diminuíram a capacidade do Estado em atuar no processo econômico se tornaram ainda mais socialmente onerosas na América Latina. Os efeitos políticos do crescimento econômico lento e dos custos sociais das medidas neoliberais chegaram ao início do século XXI refletindo-se no desencanto da população latino-americana. Conforme Valdés:

Em princípios do século XXI, observa-se por toda a região um sério problema de frustração de expectativas. Existe a percepção de que o crescimento econômico da América Latina pós reformas foi reduzido. Por diferentes causas, observando a situação que prevaleceu no século XXI esse conjunto de reformas não produziu uma melhoria substantiva e permanente em um segmento importante da população de muitos países latino-americanos (Valdés, 2008: 208).

Após o insucesso das políticas neoliberais é possível observar uma virada no pendulo da disputa política, dessa vez em direção à esquerda. Os partidos de esquerda que se

estruturaram com as aberturas democráticas apresentaram-se como uma opção para os eleitores descontentes com a plataforma econômica ortodoxa e os custos sociais que acarretou (Lora e Oliveira, 2005; Baker e Greene, 2011). De acordo com Pannizza (2006), uma verdadeira *mareja rosa* atingiu a América Latina. Partidos de esquerda e centro esquerda chegaram ao poder na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Nicarágua, Panamá, Peru, Venezuela, Uruguai.

Embora tenham suas especificidades marcadas pela trajetória dos partidos, lideranças e pelo contexto específico de cada país, alguns elementos comuns podem ser observados nos governos progressistas que chegaram ao poder no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Um deles é o antineoliberalismo. “Pode-se afirmar assim que o antineoliberalismo serviu simbolicamente de “farol” e de denominador comum aglutinador, em meio ao “nevoeiro” das grandes transformações ocorridas na última quadra histórica” (Silva, 2010: 5). Outro elemento comum aos governos de esquerda latino-americanos é a preocupação com o bem-estar e inclusão social e a diminuição da desigualdade, sendo que muitas vezes optaram pela implantação de políticas de redistribuição de renda focalizadas. O terceiro é sua atuação internacional, que busca de maior autonomia em relação aos mecanismos internacionais, alternativas econômicas ao peso dos EUA, construção de parcerias com países em desenvolvimento e integração regional (Silva, 2010).

De acordo com dados da CEPAL (2002), no que tange à agenda de políticas sociais, os resultados dos programas empreendidos pelos governos progressistas são perceptíveis na redução da desigualdade social (indicada pela variação do índice de GINI na região), do desemprego e da pobreza. Ainda de acordo com as informações da CEPAL (2002), até o ano 2000 os investimentos em gasto social eram pró-cíclicos, contudo,

En el segundo lustro de la década varios países iniciaron esfuerzos sistemáticos por reforzar los programas sociales, en particular los orientados a la lucha contra la pobreza, hecho que marcaría un primer punto de inflexión en el comportamiento del gasto social. Sin embargo, el crecimiento más acelerado de este gasto, en cierta medida en contrapunto con la evolución de las economías, se debe sobre todo a políticas que progresivamente se fueron implementando para hacer frente a diversos choques externos (CEPAL, 2012: 40).

A mudança no enfoque dos governos em direção à política social ocorre justamente quando os governos progressistas acendem ao poder, como argumentado pela CEPAL. Apesar das crises ocorridas entre 2008 e 2010, os governos não recuaram no investimento social, como foi feito em 1997-1998, perante a crise mundial. Pelo contrário, nos anos 2000 houve

um acréscimo nos gastos neste setor. Portanto, pode-se deduzir que os governos que chegaram ao poder no início dos anos 2000 conseguiram conjugar o bom ambiente macroeconômico externo com forte ênfase em políticas sociais. Conforme os objetivos da presente pesquisa, o impacto das diferenças ideológicas dos governos de esquerda sobre o bem-estar social da população latino-americana é explorado na seqüência.

### **3. Determinantes do Desenvolvimento Social na AL**

#### ***3.1. Desempenho no contexto democrático: análise descritiva***

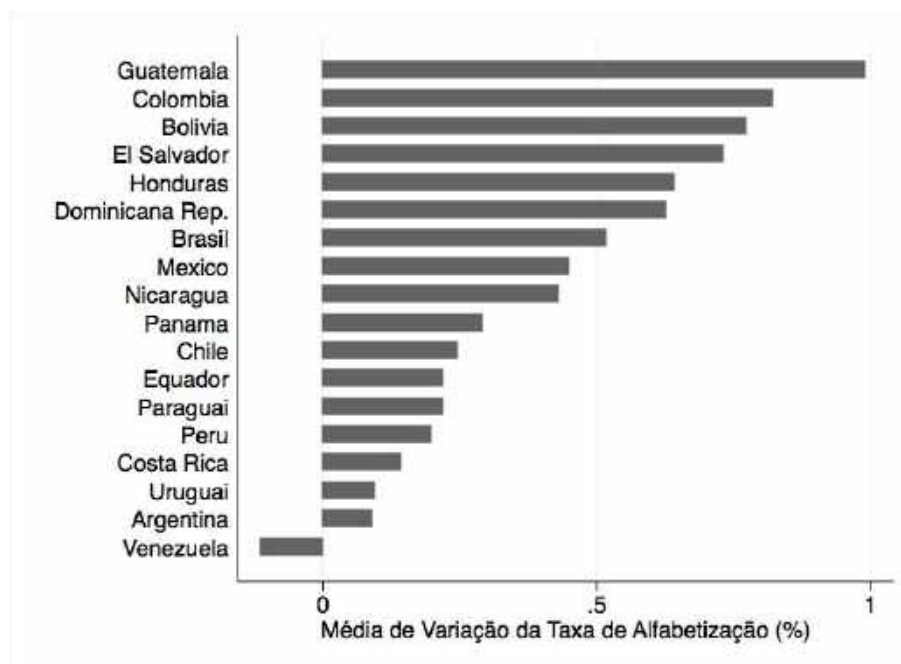
A América Latina é historicamente marcada por problemas que impactam diretamente a vida do cidadão: pobreza, falta de emprego, déficit na saúde, educação, segurança pública, previdência social, desigualdade social, entre outros. O investimento dos governos nacionais nestes setores não é equânime e o tratamento destas questões tem sido abordado sob diferentes perspectivas. Como se observou anteriormente, em que pese os graves e persistentes problemas econômicos e sociais, os últimos anos configuram-se como um período de mudanças para a América Latina. Os gráficos abaixo apresentam uma visão consolidada sobre 18 países latino-americanos em três temas sociais ao longo das últimas duas décadas: a variação média na taxa de alfabetização, a variação média do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e a variação média da expectativa de vida.

Espera-se que a variação da taxa de alfabetização, como um indicador do nível educacional básico da população, capture o interesse e a efetividade das políticas de governo na área da educação. Um aumento na taxa de alfabetização pode estar relacionado a políticas públicas que aumentam o acesso à educação ou a incentivos especiais para que as pessoas busquem a educação. Alguns programas focalizados de redistribuição de renda, ao exigir como contrapartida cursos profissionalizantes ou que os menores da família frequentem as aulas, também podem ter um impacto positivo sobre a taxa de alfabetização.

A figura abaixo apresenta a evolução da taxa de alfabetização para os 18 países latino-americanos estudados. Ao lado das grandes diferenças entre os casos, pode-se destacar que os países que apresentaram maior taxa de variação saíram de patamares de alfabetização absolutos bastante baixos – especialmente a Guatemala, onde apenas 64,2% da população maior de 15 anos era alfabetizada no início da série. Ao mesmo tempo, países que no início do período da pesquisa possuíam populações mais alfabetizadas desenvolveram taxa mais modesta: dentre os maiores de 15 anos no Uruguai, a série inicia com 96,7% de alfabetizados

e na Argentina com 96,1%. Ao lado destes países extremamente diferentes neste ponto, contudo, existe bastante diversidade nas trajetórias particulares.

**Figura 1 – Evolução da Taxa de Alfabetização na América Latina, 1990-2010**

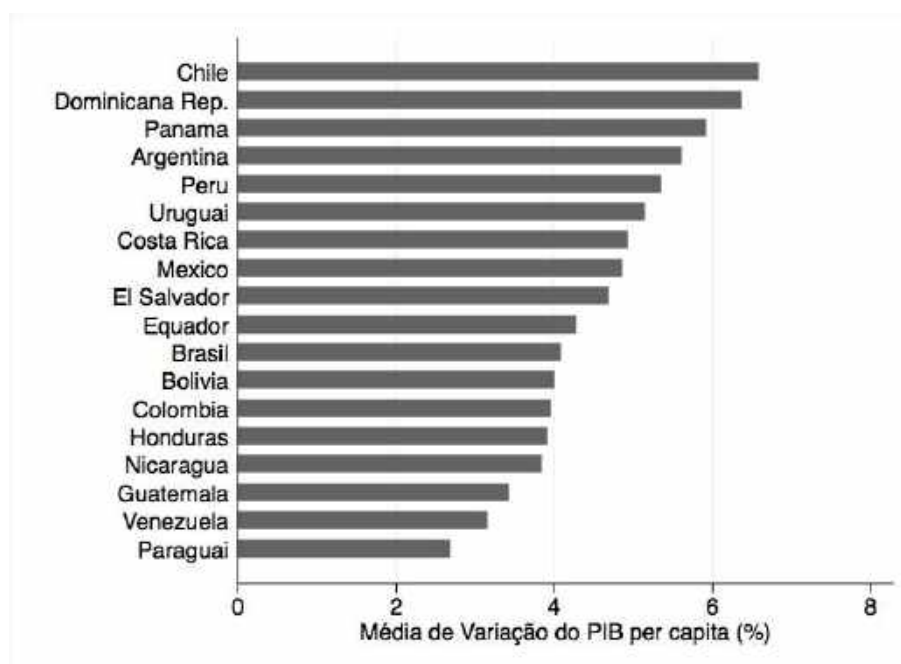


Fonte: Banco Mundial.  
Elaboração própria.

O desenvolvimento econômico apresenta-se como um parâmetro explicativo importante e com efeitos sobre ampla gama de questões sociais, estando associado a melhores condições de vida. Não por outro motivo, uma economia próspera costuma ser associada aos objetivos de aumento e segurança no emprego, bem como à formalização das relações de trabalho. O desenvolvimento econômico, ainda, apresenta-se como uma possibilidade para melhoria da condição social das camadas mais pobres da população. A figura abaixo apresenta a variação média do Produto Interno Bruto *per capita* para os 18 países estudados, entre os anos de 1990 e 2010. Observa-se que a maior variação positiva foi obtida pelo Chile e República Dominicana, enquanto Venezuela e Paraguai foram os dois países que apresentaram a menor variação do PIB *per capita*. Vale destacar, entretanto, que a variação não captura a variação na distribuição de renda e a desigualdade entre a população.



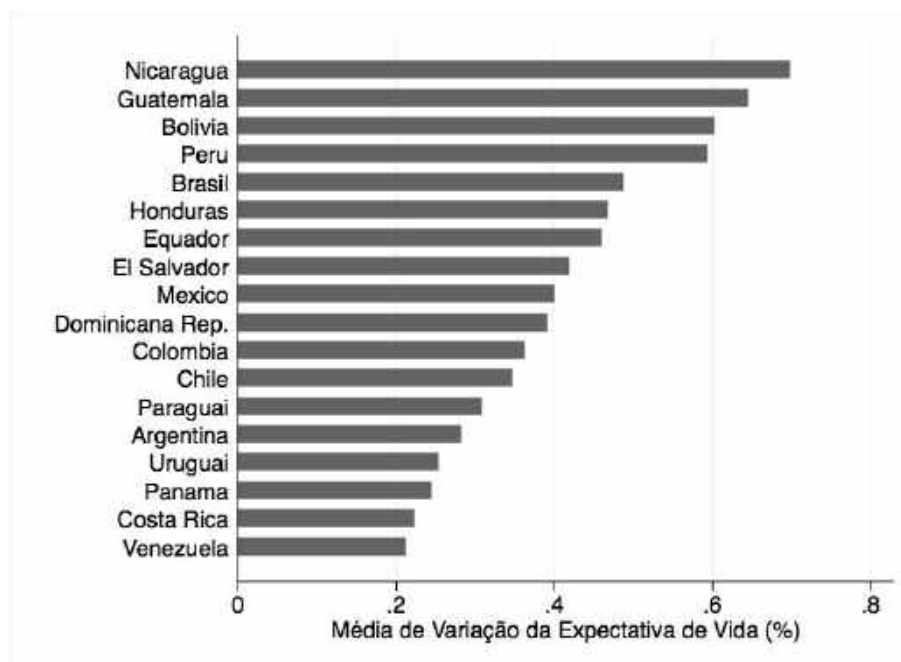
**Figura 2 – Variação Média do PIB *per capita*, 1990-2010**



Fonte: Banco Mundial.  
Elaboração própria.

Por fim, a figura 3 apresenta a variação média da expectativa de vida, também em relação aos 18 países estudados e para o período de 1990 a 2010. Embora possa decorrer de investimentos de longo prazo, a variação na expectativa de vida também pode indicar tanto melhores condições de vida como maior acesso aos sistemas de saúde e segurança, por exemplo. Novamente nesta variável, as maiores taxas de crescimento são observadas em países que saíram de padrões mais baixos: Bolívia 58, Guatemala 61 e Nicarágua 63 anos de expectativa de vida ao nascer, no início da série. A desigualdade entre os países da América Latina novamente se faz presente, uma vez no fim da série ainda pode-se observar uma disparidade de 13 anos entre os países de maior longevidade (Chile e Costa Rica, 79 anos) e o menos longevo (Bolívia, 66 anos de expectativa de vida). Destaca-se, ainda, o caso de maior variação, a Nicarágua, em que a expectativa de vida durante o período aumentou em 10 anos chegou a quase 74 anos.

**Figura 3 – Variação Média da Expectativa de Vida , 1990-2010**



Fonte: Banco Mundial.  
Elaboração própria.

### **3.2. Modelo Explicativo**

O objetivo principal deste trabalho é avaliar o impacto da dinâmica política e, em especial, da ideologia partidária sobre o desenvolvimento social na América Latina durante o presente período democrático. Este tipo de abordagem não é novo nas ciências sociais. Desde os anos 70, uma série de trabalhos vem investigando comparativamente o impacto de fatores de natureza política sobre os resultados governamentais, sobretudo, nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Castles, 1978; Castles; McKinlay, 1979; Cameron, 1978). A linha de pesquisa tem como premissa da importância do papel da intencionalidade das decisões sobre os resultados, como fica evidente na afirmação de Douglas Hibbs (1977: 1487): “os resultados macroeconômicos não são totalmente endógenos, mas, obviamente, são influenciados em grande medida por escolhas políticas de curto e longo prazo”.

Nas últimas décadas, todavia, prevalece a ausência de consenso acerca da efetiva influência política sobre as políticas públicas. Nesse contexto, Imbeau, Pétry e Lamari (2001) a partir de uma extensa pesquisa bibliográfica classificam a literatura em duas vertentes:

‘escola da convergência’ e os adeptos da perspectiva de que ‘a política importa’. Os primeiros argumentam que as sociedades industrializadas do século vinte se tornaram cada vez mais similares, encarando os mesmos tipos de problemas e aplicando os mesmos tipos de soluções. Logo, as diferenças políticas, culturais e institucionais pouco servem para explicar as variações das políticas públicas. Em contrapartida, a segunda vertente, embora não negue a influência de fatores socioeconômicos, preconiza a existência de correlação entre variáveis relativas à dinâmica política e resultados das políticas públicas. Esse debate continua latente nas abordagens comparadas entre nações, nos últimos anos, que analisam uma grande variedade de temas para além do crescimento econômico (Bjornskov, 2005), incluindo também o processo de desregulamentação do mercado (Potratke, 2010), liberalização da indústria (Belloc; Nicita, 2011) e privatização (Bjornskov; Potrafke, 2011).

No sentido de aplicar esse debate no caso latino americano, o presente artigo procura testar duas hipóteses relacionadas ao funcionamento do sistema democrático. O argumento central da teoria da democracia eleitoral é que as eleições e seus aspectos subjacentes influenciam o comportamento dos políticos e, por conseguinte, o desempenho dos governos. Na perspectiva de *accountability*, a democracia tende a produzir governos controlados e responsivos à população, cujos partidos políticos atuam como atores centrais dentro de processo eleitoral livre, justo e frequente.

Autores como Castles (1982), Klingemann, Hofferbert e Budge (1994) e Powell (2009) apontam para o papel fundamental dos partidos políticos no processo democrático, na medida em que organizam e apresentam nas eleições pacotes de políticas ideologicamente coerentes, permitindo assim que a democracia conecte a preferência dos cidadãos e a política pública. Para outros autores, contudo, esta capacidade dos partidos enfraqueceu-se devido à ampliação dos espaços insulados da política nos governos e pela falta de clareza na distinção ideológica entre as agremiações, entre outros fatores (Mair, 2007). Ainda que os partidos não desempenhem um papel controlador da política pública por meio da ideologia, a competição eleitoral periódica pode incentivar a *accountability* na medida em que permite ao eleitorado julgar o desempenho dos governantes, gerando recompensas e punições que estimulam o governo a respeitar os interesses dos cidadãos (Manin; Przeworski; Stokes, 1999).

Assim, a presente pesquisa estuda dois importantes fatores políticos relacionados à *accountability*: ideologia partidária e competição eleitoral. A variável competição eleitoral<sup>3</sup> é

---

<sup>3</sup> Existem diversas formas de se calcular a competição eleitoral, para fins desta pesquisa, será utilizado a margem de vitória (% de votos) entre o primeiro e o segundo colocado nas eleições presidenciais (1º turno).

empregada para testar se o grau de disputa nas eleições atua como ameaça aos políticos locais de modo a estimular e controlar o desempenho das suas atividades, servindo como um fator gerador de *accountability*. Em outras palavras, esperamos que quanto mais acirrada as eleições para presidência dos países latino-americanos, melhor o desempenho dos governos no campo social— maior taxa de alfabetização renda e expectativa de vida da população.

Um segundo aspecto central na literatura é o impacto da *ideologia* do partido do Presidente sobre o desempenho governamental. Esta pesquisa se baseia na escala de posicionamento de Anthony Downs (1957), que ordena a esquerda e a direita de acordo com a visão sobre a intervenção estatal na economia. Nas democracias industriais, pelo menos até a década de 1970, os governos de esquerda estiveram associados a uma política econômica direcionada para o crescimento econômico e a geração de emprego, em detrimento do controle da inflação (Esping-Andersen, 1998, p. 186; Hibbs, 1977). Na mesma direção, Przeworski (1985, p. 205) defende que “a ideologia que orienta a direita é antiestatismo [...] baseado na crença de racionalidade do mercado [...] enquanto a esquerda pós-segunda guerra mundial preconiza o programa Keynesiano de pleno emprego e equidade”.

Seguindo esse raciocínio, o critério básico da diferenciação remete ao papel do estado e do mercado, no qual os partidos de esquerda apresentariam uma postura mais intervencionista em favor políticas sociais e de distribuição de renda. Para medir a ideologia, são utilizadas as estimativas de posicionamento ideológico de pesquisas junto aos parlamentares de cada país pesquisado (câmaras baixas), nas quais os mesmos posicionam os partidos entre as posições zero (mais à esquerda) e dez (mais à direita)<sup>4</sup>. As expectativas em termos de resultados das políticas públicas para a posição do partido do presidente nesta variável são os seguintes: quanto mais baixo (esquerda), maior a alfabetização e a expectativa de vida. Quanto à renda, não é possível prever o comportamento, haja vista que o crescimento da renda consiste em bandeiras políticas de partidos tanto de esquerda quanto de direita, com diferenças mais nítidas na forma como a renda é distribuída.

Empregamos ainda duas outras variáveis políticas. A primeira se fundamenta na teoria do ciclo político de negócios (*political business cycle*) e visa medir os efeitos da agenda

---

<sup>4</sup> Foram utilizados dados das pesquisas *survey* Observatório de Elites Parlamentarias em América Latina, desenvolvido pela Universidad de Salamanca. Os dados cobrem quase todos os partidos dos presidentes no período e nos países estudados, sendo que foram utilizados os dados da pesquisa realizada para a legislatura nas quais ocorreram as eleições presidenciais, ou a mais próxima disponível. Os dados foram extraídos no [http://americo.usal.es/oir/elites/series\\_temporales.htm](http://americo.usal.es/oir/elites/series_temporales.htm), em 1 de fevereiro de 2012.

do ciclo eleitoral sobre o desempenho dos governos. Isto é, se ocorrem avanços de na educação, renda e saúde da população em períodos de eleições para melhorar a imagem da gestão perante os eleitores (Nordhaus, 1975; Tabellini; Persson, 1999). A segunda refere-se aos direitos políticos<sup>5</sup> e sua aplicação no modelo tem como objetivo testar se o regime ou nível de democratização do país exerce ou não efeitos sobre os resultados alcançados pelos governos, algo rechaçado por alguns acadêmicos em análises de política econômica (Przeworski *et al.*, 2000).

Outros fatores também podem contribuir para explicar o desempenho econômico das nações, por isso, utilizamos um conjunto de fatores como controle. O *percentual das exportações em relação ao PIB* e *grau de investimento externo* podem ser indicativos de abertura econômica e liberalização da economia e, por conseguinte, favorecerem um melhor desempenho. Da mesma forma, as parcelas de gastos sociais e da indústria sobre o PIB são utilizadas para testar se a maior propensão de investimentos nessa área e o maior dinamismo econômico refletem em melhores resultados. Finalmente, de forma a capturar a conjuntura internacional, o crescimento da economia dos países da OCDE é empregado no modelo, tendo em vista, a histórica relação de dependência econômica das nações latino-americanas.

### **3.3. Resultados**

No sentido de estimar os efeitos dos determinantes políticos sobre os resultados no padrão de vida da população na América Latina foram aplicadas as técnicas tradicionais de regressão econométrica para dados em painel: efeitos fixos e efeitos aleatórios. Ambos os tipos de modelos para análises com dados de painel possuem vantagens e desvantagens. De acordo com Wooldridge (2006), o estimador de efeitos fixos é eficiente quando os erros idiossincráticos são serialmente não-correlacionados e homoscedásticos. Já os modelos de efeitos aleatórios são mais apropriados em situações que o efeito não observado é não correlacionado com todas as variáveis explicativas. Somente no primeiro modelo (taxa de alfabetização), o resultado do teste de Hausman aponta para a consistência das estimativas obtidas através do método de efeitos fixos, nos demais (2 e 3) os resultados indicam o método de efeitos aleatórios.

---

<sup>5</sup> O índice de direitos políticos da Freedom House mensura o grau de liberdade apresentado nos países para a participação dos indivíduos no processo político, com base em três categorias: pluralismo político e participação, processo eleitoral e funcionamento do governo. Dados extraídos em <http://www.freedomhouse.org>.

Como é possível perceber na tabela 1, a seguir, de modo geral, os resultados empíricos indicam pouca capacidade explicativa dos modelos, o que é reiterado pelos seus baixos coeficientes de determinação.

No primeiro modelo, determinantes da variação nas taxas de alfabetização, se por um lado as evidências confirmam a hipótese da influência da ideologia, por outro, a relativa à competição eleitoral é contraditório.

No que tange ao impacto da ideologia partidária, as evidências empíricas favorecem a interpretação de que a alternância de poder na região, mais especificamente, as vitórias de partidos mais esquerdistas geraram mais desenvolvimento social. O coeficiente estimado indica que quanto menor a medida de ideologia empregada (mais à esquerda o governo) maiores tendem a ser as variações positivas no indicador educacional utilizado. Isto é, um ponto a menos na medida ideológica do partido governista tende a gerar em média cerca de 0,21 a mais nas taxas de alfabetização.

Quanto à competição eleitoral, o seu coeficiente negativo e significativo indica justamente o contrário do pressuposto teórico, ou seja, quanto mais acirrada as eleições presidenciais na América Latina piores seriam os resultados na política educacional dos candidatos eleitos no decorrer dos seus mandatos. Do ponto de vista substantivo, entretanto, os efeitos são de fato bastante residuais na medida em que a variação de um desvio padrão acima da média tende a refletir em menos de 0,001 na variação das taxas de alfabetização.

Em relação às demais variáveis políticas, ano eleitoral não demonstra ser um fator influente nesta dimensão, enquanto que o indicador de direitos políticos empregado no modelo impacta positivamente. Em outras palavras, as evidências empíricas indicam que as nações latino-americanas mais democráticas, de acordo com a estimativa da Freedom House, tendem a apresentar melhores resultados educacionais nas últimas duas décadas.

Dentre as variáveis de controle, a variável de exportação apresentou um coeficiente estatisticamente significativo e negativo, enquanto o nível de industrialização mesmo significativo possui pouco efeito prático.

O modelo de determinantes da variação na renda *per capita* (2) não demonstrou significância estatística na maioria das variáveis políticas. A competição eleitoral pouco importa sobre os resultados alcançados em termos de aumento da renda da população. Da

mesma forma, a segunda hipótese relativa ao impacto da ideologia não se confirma na análise deste indicador, assim como o fato de se realizar eleições no ano.

Por outro lado, o funcionamento do regime político sim apresentou coeficiente significativo do ponto de vista estatístico e prático. Entretanto, em oposição ao verificado no modelo 1, o coeficiente negativo de direitos políticos sugere que quanto menos democráticos maiores são os incrementos na renda da população. Tal resultado é bastante polêmico e, em certa medida, diverge dos achados da pesquisa de Przeworski *et al* (2000) quando aplicado na América Latina. Quanto às variáveis de controle, nenhuma mostrou influenciar a variação na renda da população.

Finalmente, no modelo dos determinantes da expectativa de vida (3) assim como no anterior, a variável de competição eleitoral não apresentou efeitos estatisticamente significativos. Na mesma direção, a ideologia do partido do Presidente e o ano eleitoral não impactam na variação do indicador de saúde.

O único fator de caráter político estatisticamente relevante são os direitos políticos que assim como na taxa de alfabetização apresentou um efeito positivo, isto é, um incremento em um ponto no indicador da Freedom House tende a gerar em média um aumento de 0,25 na variação da expectativa de vida da população latino-americano durante o período analisado.

No que tange aos controles, a participação da exportação no PIB e a parcela de gasto social são as únicas variáveis estatisticamente significativas, entretanto, seus efeitos, em termos substantivos, são bastante residuais.

**Tabela 1 – Determinantes do Desenvolvimento Social na América Latina, 1990-2010**

	<b>Taxa de Alfabetização (1)</b>	<b>Renda <i>per</i> <i>capita</i> (2)</b>	<b>Expectativa de Vida (3)</b>
Competição Eleitoral	-0,02*** (0,01)	0,34 (0,03)	-0,00 (0,00)
Ideologia	-0,21*** (0,08)	-0,42 (0,27)	0,01 (0,01)
Ano Eleitoral	-0,59 (0,12)	-0,42 (0,70)	0,02 (0,21)
Direitos Políticos	0,18** (0,83)	-1,56*** (0,34)	0,25** (0,12)
Exportação	-0,2** (0,01)	-0,00 (0,04)	-0,01*** (0,02)
Investimento Estrangeiro	-0,00 (0,03)	0,04 (0,13)	-0,01 (0,00)
Gasto Social	0,00 (0,41)	-0,10 (0,07)	-0,01*** (0,00)
Industrialização	-0,00*** (0,02)	0,04 (0,05)	-0,00 (0,00)
Crescimento OCDE	0,15 (0,60)	0,23 (0,32)	0,01 (0,01)
<i>Constante</i>	-5,67 (1,02)	8,65*** (3,15)	0,60* (0,13)
$R^2$	0,02	0,07	0,10
<i>N</i>	228	256	257
<i>Teste de Hausman</i>	19,66**	12,58	10,10

Notas: Coeficientes estimados e erros-padrões entre parentesis.

Significância estatística: \* significa valor-P < 0,1; \*\* valor-P < 0,05; \*\*\* valor-P < 0,01.



#### 4. Considerações Finais

O artigo se propôs a desenvolver uma investigação sobre os efeitos da dinâmica política nas últimas duas décadas sobre o desenvolvimento social nas nações latino-americanas. A temática se torna ainda mais relevante na medida em que este período foi marcado por um conjunto de transformações políticas e institucionais profundas que culminaram em inéditas reconfigurações das forças políticas na região. Nessa direção, a pesquisa procurou testar se o grau de competição nas eleições presidenciais e, principalmente, a postura ideológica dos partidos governantes exerceram efeitos sobre o desempenho dos governos na América Latina no campo social, retratados pelas variações das taxas de alfabetização, da renda *per capita* e de expectativa de vida.

Os modelos estatísticos, em síntese, demonstraram que efeitos destes fatores na explicação dos resultados sociais são bem diversificados e, em grande medida, menor do que era esperado. No que tange à competição eleitoral, a hipótese de que quanto mais acirrada as eleições para presidência dos países latino-americanos melhor o desempenho dos governos é praticamente refutada, uma vez que apenas na variação do indicador educacional o efeito é significativo, mas sem efeitos substantivos. Não obstante, a hipótese do papel mais proativo dos novos partidos de esquerda pode ser constatada justamente na análise desta dimensão do desenvolvimento social. Em relação as demais variáveis de caráter político, por um lado, não se observou impacto de comportamento oportunista em anos eleitorais nos resultados sociais na região, o que diverge da literatura de *political business cycle*. Por outro, podemos afirmar que no período analisado o grau de democratização do país, mensurado pelo índice de direitos políticos, importa como determinante do desenvolvimento social, positivamente na educação e saúde, embora negativamente na renda *per capita*.

Outro aspecto interessante dos modelos está relacionado à influência de fatores estruturais e de caráter econômico sobre o desempenho das nações. Nota-se que o impacto das variáveis selecionadas não apenas foram pouco frequentes, como também bastante significativos do ponto de vista substantivo.

Em suma, podemos concluir que é importante a relevância de se atentar para a dimensão política na explicação do desenvolvimento social dos países. Entretanto, reconhecemos que essa tarefa não é trivial e, por conseguinte requer um aprofundamento das análises e, principalmente, diversificação das ferramentas de pesquisa. Dessa forma, acreditamos que o caminho de aperfeiçoamento desta abordagem demanda novas tentativas metodológicas, seja aplicando novos métodos estatísticos ou reconfigurando de forma distinta

cada um dos modelos, ajustando com mais propriedade a relação de variáveis estruturais de modo a minimizar problemas de endogeneidade e/ou multicolineariedade.

## 5. Referências Bibliográficas

BELLOC, F.; A. Nicita. (2011). Liberalization-privatization paths: policies and politics, In *Departmental Working Papers 32*, Department of Economics, Business and Statistics at Università degli Studi di Milano.

BJORNSKOV, C. (2005). Does Political Ideology Affect Economic Growth? In *Public Choice*, Vol.123(12), p. 133-146.

BJORNSKOV, C.; N, Potrafke. (2011). Politics and privatization in Central and Eastern Europe:a panel data analysis. In *Economics of Transition*, Vol. 19 (2), p. 201–230,.

CAMERON, D. (1978). The Expansion of the Public Economy: A Comparative Analysis. *The American Political Science Review*, Vol. 72, No. 4, p. 1243-1261.

CASTAÑEDA, J. (2006). “Latin America’s left turn”. *Foreign Affairs*, vol. 85, nº 3, maio/junho, pp. 28-43.

CASTLES, F. (1978) *The social democratic image of society*. London: Routledge; Kegan Paul.

\_\_\_\_\_. (org) (1982). *The Impact of Parties: politics and policies*. London: Sage.

CASTLES, F.; R. Mckinlay. (1979). Does politics matter? An analysis of public welfare commitment in advanced democratic states. *European Journal of Political Research*, Vol.7(2), p. 169-186.

CRUZ, S. (2007). *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora Unesp.

DINIZ, E. 2007. *Globalização Estado e Desenvolvimento. Dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: FGV.

DO ALTO, H. (2006). *Del entusiasmo al desconcierto: La mirada de la izquierda europea sobre América Latina y el temor al populismo*. *Nueva Sociedad*, nº 214, março-abril de 2008, pp. 54-66.

DUPAS, G. (2005). *Economia Global e exclusão social*. Paz e Terra.

EVANS, P. (1998). Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional Comparativa. *Revista de Economia Contemporânea*, nº 4, Jul-Dez.

HIBBS, D. (1977). Political Parties and Macroeconomic Policy. *The American Political Science Review*, Vol. 71, No. 4, p. 1467-1487.

IMBEAU, L.; F. Pétry; M. Lamari. (2001). Left-right parties ideology and government policies: a meta-analysis. *European Journal of Political Research*, Vol. 40, p. 1-29.

KLINGEMANN, H.; HOFFERBERT, R.; BUDGE, I. (1994). *Parties, Policies, and Democracy*. Boulder, San Francisco, Oxford: Westview.

LANZARO, J. (2007). Governos de esquerda en América Latina: entre el populismo y la social democracia – Uma tipologia para avanzar en el análisis comparado. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano*, nº 12, dezembro.

LUNA, J. (2007). *The Rise of the Left and Latin American Party Systems*. Trabalho apresentado no workshop “Left Turns? Progressive Parties, Insurgent Movements, and Policy Alternatives in Latin America”, no Peter Wall Institute for Advanced Studies, UBC, Vancouver, de 27 a 30 de maio.

MAIR, P. (2007). *The Challenge to Party Government*. EUI Working Papers. San Domenico di Fiesole.

MANIN, B.; A. Przeworski; S. Stokes (1999). Introduction. In PRZEWORSKI, A; S. Stokes; B. Manin, (eds.). *Democracy, accountability, and representation*. Cambridge/Nova York, Cambridge University Press..

NORDHAUS, W. (1975). The political business cycle. *Review of Economic studies*, No 42, p. 169-190.

PANIZZA, F. (2006). La Marea Rosa. *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano*, nº 8, agosto.

POTRAFKE, N. (2010). *Does government ideology influence deregulation of product markets?* Empirical evidence from OECD countries. *Public Choice*, Vol. 143(1), p.135–155.

POWELL Jr., G. (2009). Aggregating and Representing Political Preferences. In BOIX, C.; STOKES, S. (org.). *Comparative Politics*. Oxford: Oxford University. p. 653-677.

PRZEWORSKI, A. (1985). *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, A.; M. E. Alvarez; J. A. Cheibub; F. Limongi. (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press.

RODRIK, D. (2006). Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? *Journal of Economic Literature*, Vol. 44, N. 4, p. 973-987.

SILVA, Fabricio Pereira da (2010). “Até onde vai a “onda rosa”?” *Análise de Conjuntura – Observatório Político Sul-americano*, nº 2, fevereiro.

STIGLITZ, J. (2002). *A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Editora Futura.

WALKER, I. (2009) Democracia de Instituições. In CARDOSO, F. H.; FOXLEY, A. (eds) *América Latina: Desafios da democracia e do desenvolvimento, governabilidade,*

*globalização e políticas econômicas para além da crise*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC.

TABELLINI, G.; PERSSON, T. (1999). The size and Scope of Government: Comparative Politics with Rational Politicians. *European Economic Review*, Vol. 43: p. 699-735.

WOOLRIDGE, J. M. (2006). Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Editora Thomson.

### **Sites consultados**

Banco Mundial – <http://data.worldbank.org>

CEPAL - <http://www.eclac.org/cgi-bin/>

Center of Democratic Performance – ERA - <http://cdp.binghamton.edu/era/regions>

Political Database of the Americas – Georgetown University (Center for Latin American Studies) - <http://pdba.georgetown.edu/Elecdata/elecdata.html>

Observatório de Elites Parlamentarias en América Latina, Universidad de Salamanca - [http://americo.usal.es/oir/elites/series\\_temporales.html](http://americo.usal.es/oir/elites/series_temporales.html)

Latin American and Caribbean Macro Watch Data Tool  
<http://www.iadb.org/Research/LatinMacroWatch/lmw.cfm>

Bureau for Latin America and the Caribbean (United States Agency for International Development – USAID) - <http://lac.eads.usaidallnet.gov/>

Freedom House - <http://www.freedomhouse.org>